



Minuta do Contrato



Aquisição de calçados de proteção

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2024, QUE ENTRE SI FAZEM, A SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA, DENOMINADA CONTRATANTE E _____, DENOMINADA CONTRATADA, PARA A AQUISIÇÃO DE CALÇADOS DE PROTEÇÃO, SOB AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

- 1.1. São partes neste Contrato, através de seus representantes, como CONTRATANTE, a SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA – SLU, inscrita no CNPJ sob o nº 16.673.998/0001-25, representada pelo Superintendente, Gilberto Silva Ramos, e, como CONTRATADA, _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede em _____, neste ato representada por seu representante legal.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

- 2.1. É objeto deste Contrato a aquisição de calçados de proteção, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e demais anexos, as quais, conhecidas e aceitas pelas partes, incorporam-se a este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO

- 3.1. O valor da contratação é de R\$ _____ (_____), conforme distribuição abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UN.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Sapato de proteção para coleta domiciliar e varrição, com palmilha resistente à perfuração. Nº 33 ao 47.	1.000	par	R\$	R\$
02	Bota de proteção tipo borzeguim solado de poliuretano bi densidade bicolor com salto, palmilha de aço. Nº 36 ao 45.	300	par	R\$	R\$

Aquisição de calçados de proteção

03	Bota de PVC branca. Nº 37 ao 44.	100	par	R\$	R\$
04	Bota de borracha com palmilha de aço. Nº 37 ao 44.	30	par	R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$

- 3.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1.** As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

2708.1100.17.512.046.2.900.0001.339030.34.1.500.000.0000

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 5.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – FORMA DE FORNECIMENTO

- 6.1.** O fornecimento dos produtos será parcelado.

CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 7.1.** O fornecimento dos produtos será feito mediante pedido expresso da Contratante de acordo com as quantidades necessárias em determinado período durante a vigência do contrato.
- 7.2.** O prazo máximo de entrega dos produtos é de 25 (vinte e cinco) dias corridos contados a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento emitida pela Contratante no início da vigência do contrato e as demais trimestralmente e deverá seguir os seguintes quantitativos e prazos (valores estimados, podendo sofrer variações conforme nosso estoque disponível):

Aquisição de calçados de proteção

PLANO DE FORNECIMENTO - PEDIDOS

Pedidos	Item	Meses											
		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
1ª Entrega	1 - Sapato de proteção	400											
	2 - Bota de proteção	120											
	3 - Bota de PVC	40											
	4 - Bota Borracha	10											
2ª Entrega	1 - Sapato de proteção				200								
	2 - Bota de proteção				60								
	3 - Bota de PVC				20								
	4 - Bota Borracha				7								
3ª Entrega	1 - Sapato de proteção							200					
	2 - Bota de proteção							60					
	3 - Bota de PVC							20					
	4 - Bota Borracha							7					
4ª Entrega	1 - Sapato de proteção										200		
	2 - Bota de proteção										60		
	3 - Bota de PVC										20		
	4 - Bota Borracha										6		
Medição:				40%			20%			20%			20%
Utilização prevista do Contrato		→ 40% → 60% → 80% → 100%											
Recebimento dos produtos													
Aceite e pagamento da Nota fiscal													

Recebimento dos produtos
Aceite e pagamento da Nota fiscal

- 7.3. A Contratada terá até 2 (dois) dias úteis para retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente contados da sua convocação.
- 7.4. O prazo estipulado poderá ser prorrogado, quando solicitado durante seu transcurso, desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Contratante.
- 7.5. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Aquisição de calçados de proteção

Almoxarifado da Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte – SLU

Endereço: Rua Dr. Carlos Eduardo Lott, nº 205, Bairro Jardim Filadélfia

Belo Horizonte/MG,

Horário: das 8h às 11h e das 13h às 16h, em dias úteis, de segunda a sexta-feira.

- 7.6.** Durante a execução do fornecimento, o local de entrega poderá sofrer modificação, a critério da Contratante, dentro do Município de Belo Horizonte.
- 7.7.** A contratada deverá agendar sua entrega, com prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, através do e-mail **gcomp-slu@pbh.gov.br**.
- 7.7.1.** No caso de atraso na entrega dos produtos, a Contratada ficará sujeita e obrigada a acatar o agendamento a ser estabelecido pelo Contratante, sem prejuízos à Administração Pública.
- 7.7.2.** Os produtos deverão ser descarregados e entregues pela Contratada no interior do local designado para a entrega, sem qualquer ônus para Contratante.
- 7.8.** Os produtos fornecidos não poderão ter data de fabricação superior a 06 (seis) meses contados retroativamente a partir da data de entrega no almoxarifado.
- 7.8.1. Justificativa:** A exigência supra visa garantir que os produtos entregues sejam recém-fabricados, de forma que não estejam envelhecidos, ressecados, degradados ou na iminência de processos degenerativos da borracha (hidrólise), de forma que os esforços mecânicos e impactos ao qual são submetidos não coloquem sua eficácia em risco proporcionando, assim, a adequada proteção dos trabalhadores.
- 7.9.** Os produtos entregues durante a execução do fornecimento poderão ser objeto de análise, por amostragem, a critério da Contratante, para verificar, a qualquer tempo, a qualidade dos produtos adquiridos.
- 7.10.** Os produtos danificados não serão recebidos.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DOS PRODUTOS

- 8.1.** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 8.1.1.** Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia maior do que o solicitado, esse prevalecerá.

CLÁUSULA NONA - CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 9.1. Recebimento do Objeto:**

Aquisição de calçados de proteção

- 9.1.1.** Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e a nota de empenho, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 9.1.2.** Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.1.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Superintendência de Limpeza Urbana, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens e consequente aceitação mediante recibo aposto na Nota Fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 9.1.3.1.** O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 9.1.4.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 9.1.5.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.2. Liquidação:

- 9.2.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente na unidade responsável pela liquidação, correrá o prazo de até 10 (dez) dias para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 9.2.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 9.2.1.1.** O prazo de validade;

Aquisição de calçados de proteção

- 9.2.1.2. A data da emissão;
- 9.2.1.3. Os dados do contrato e do contratante;
- 9.2.1.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 9.2.1.5. O valor a pagar; e
- 9.2.1.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.2.2. O Contratado deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente, observando:
 - 9.2.2.1. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente considerando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1234/2012, de acordo com o art. 1º, § 1º do Decreto nº 18.272/2023 e Portaria SMFA nº 11/2023 c/c § 5º, artigo 2º da IN RFB Nº 1234/2012.
 - 9.2.2.2. As empresas optantes pelo Simples nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o art. 1º, § 3º do Decreto 18.272/2023 c/c art. 4º da IN RFB Nº 1234.
 - 9.2.2.3. A retenção do Imposto Sobre Serviços – ISS deverá ser destacado no corpo do documento fiscal, indicando o valor do serviço e do material aplicado (quando cabível), bem como a alíquota do tributo.
 - 9.2.2.4. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal informações relativas a situações especiais, tais como: regime de estimativa, isenção ou imunidade a que estiver sujeita a operação.
- 9.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 9.2.4. A Contratante deverá realizar consulta ao **SUCAF** e/ou **SICAF** e/ou **CAGEF** para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, bem como ao site <https://certdoes.sit.trabalho.gov.br/> para verificar se o Contratado, caso obrigado, cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados pela Previdência Social e aprendizes.
 - 9.2.4.1. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente poderá ser acompanhado de documentação para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, caso esteja irregular.

Aquisição de calçados de proteção

- 9.2.4.2.** Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 9.2.4.3.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 9.2.4.4.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao **SUCAF** e/ou **SICAF** e/ou **CAGEF**.

9.3. Prazo de pagamento:

- 9.3.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa, pelo Departamento Financeiro da Superintendência de Limpeza Urbana.
- 9.3.2.** Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a marca, modelo (se houver) e o quantitativo efetivamente entregue.

9.4. Forma de pagamento:

- 9.4.1.** O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

10.1. Das obrigações do Contratado:

- 10.1.1.** Cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas
- 10.1.2.** Entregar os produtos de acordo com as especificações constantes neste instrumento.
- 10.1.3.** Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à execução do fornecimento.
- 10.1.4.** Garantir a boa qualidade dos produtos entregues.

Aquisição de calçados de proteção

- 10.1.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, bem como por todo e qualquer dano causado à Contratante ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.1.6.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.1.7.** Reparar ou substituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.1.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 10.1.9.** Confirmar o recebimento da(s) Nota(s) de Empenho encaminhadas por e-mail ou outro meio eficaz, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis;
- 10.1.10.** Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação em cumprimento ao disposto no inciso XVI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 10.1.11.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 10.1.12.** Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;
- 10.1.13.** Comunicar ao Contratante a ausência do produto contratado no mercado, apresentando a devida comprovação, tão logo tome ciência do fato que possa vir a comprometer o efetivo cumprimento da obrigação pelo Contratado caso futuramente demandado.
- 10.1.14.** Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução do contrato;

Aquisição de calçados de proteção

- 10.1.15.** Entregar, quando solicitado pelo Contratante, laudo de teste, emitido por órgão estabelecido e reconhecido, que comprove o atendimento das especificações exigidas na licitação e no contrato.
- 10.1.16.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação.

10.2. Das obrigações do Contratante:

- 10.2.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, por meio da Gerência de Medicina e Segurança do Trabalho – GMEST da Contratante.
- 10.2.2.** Fiscalizar a manutenção pelo Contratado, das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no inciso XVI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 10.2.3.** Pagar no vencimento a fatura apresentada pelo Contratado correspondente ao fornecimento do(s) produto(s).
- 10.2.4.** Verificar se o material está em conformidade com as especificações exigidas no contrato.
- 10.2.5.** Notificar o Contratado, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

- 11.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 11.2.** Após o interregno de um ano, mediante pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, com a aplicação, pela Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).
- 11.3.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 11.4.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 11.5.** O reajuste poderá ser realizado por apostilamento nos termos do art. 136, I da lei 14.133/21.

Aquisição de calçados de proteção

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1.** É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

- 13.1.** Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade dos produtos a serem adquiridos, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente e em sua totalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1.** Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto nº 18.096/2023, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas poderá ensejar a responsabilização da Contratada pelas seguintes sanções:

- 14.2.** Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções administrativas:

- 14.2.1.** **Advertência,** quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de sanção mais grave, nos moldes do § 2º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 5º do Decreto nº 18.096/2022;

- 14.2.2.** **Multas,** observados os seguintes percentuais:

- 14.2.2.1.** Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaiando o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do contrato, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

- 14.2.2.2.** Multa compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor atualizado do contrato pelo descumprimento de preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

- a.** tumultuar a sessão pública da licitação;
- b.** propor recursos manifestamente protelatórios;
- c.** deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação junto ao Sistema de Cadastros de Fornecedores (SUCAF) dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela Contratante;
- d.** deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas,

Aquisição de calçados de proteção

para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

- e. deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;
- f. deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante e no prazo assinalado;
- g. não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;
- h. não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação e qualificação exigidas na licitação, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;
- i. deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- j. deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- k. deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- l. não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;
- m. subcontratar o objeto ou a execução de serviços;

14.2.2.3. Multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

14.2.2.4. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato quando a Contratada der causa a rescisão contratual ou em caso de inexecução total do Contrato, sem prejuízo da obrigação de ressarcir a Administração das perdas e danos decorrentes, nos termos do art. 927 do Código Civil.

Aquisição de calçados de proteção

14.2.2.5. Multa compensatória de até 30 % (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das seguintes infrações administrativas:

- a. Dar causa a inexecução parcial do contrato;
- b. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. dar causa à inexecução total do contrato;
- d. deixar de entregar a documentação exigida;
- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pela Contratante;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, salvo por motivo justificado e aceito pela Contratante;
- g. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h. apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da administração direta e indireta do Município de Belo Horizonte, pelo prazo máximo de três anos, nos moldes do art. 156, §4º da Lei n.º 14.133/2021 e do art. 17 do Decreto Municipal n.º 18.096/2022, quando praticadas as infrações administrativas previstas nas alíneas “b” a “g” do subitem 14.2.2.5 deste instrumento e quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.3.1. A aplicação de 03 (três) sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar.

Aquisição de calçados de proteção

- 14.2.4.** **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas **alíneas “h” a “i” do subitem 14.2.2.5** deste instrumento, bem como pelas infrações administrativas previstas nas **alíneas “b” a “g” do subitem 14.2.2.5** deste instrumento que justifiquem a imposição de sanção mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos moldes do art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 20 do Decreto nº 18.096/2022.
- 14.2.4.1.** No caso da prática de atos lesivos previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, a que se refere a **alínea “i” do subitem 14.2.2.5** deste instrumento, todas as infrações administrativas conexas serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos termos da referida lei e do Decreto nº 16.954/2018.
- 14.2.5.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.
- 14.2.6.** As sanções previstas neste instrumento serão fixadas considerando a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias atenuantes ou agravantes, os danos e a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, consoante art. 51 do Decreto nº 18.096/2022.
- 14.2.7.** Na hipótese de aplicação da multa compensatória no patamar de 30% (trinta por cento), não poderá haver aumento de pena em razão do disposto no art. 51 do Decreto nº 18.096/2022.
- 14.2.8.** Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 14.2.9.** À luz do caso concreto, a autoridade competente poderá aplicar penalidade menos gravosa do que aquela inicialmente notificada, desde que em conformidade com a lei e compatível com o resultado da apuração respectiva.
- 14.2.10.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.
- 14.2.11.** A multa inadimplida poderá, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a Contratante.
- 14.2.12.** A aplicação das sanções previstas, não exclui, em hipótese alguma, a

Aquisição de calçados de proteção

obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

- 14.2.13.** O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.
- 14.2.14.** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.
- 14.2.15.** A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas, sendo concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.
- 14.2.16.** A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito.
- 14.2.17.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa. O Contratado poderá empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, para provar a verdade dos fatos em que se funda sua alegação, pedido ou defesa e que possam influir eficazmente na convicção da autoridade competente para decidir.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 15.1.** Nos procedimentos licitatórios e nas contratações realizados pelo Município de Belo Horizonte serão observadas as determinações que se seguem.
- 15.2.** O Município exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:
 - 15.2.1.** “Prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;
 - 15.2.2.** “Prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do Contratante;
 - 15.2.3.** “Prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das

Aquisição de calçados de proteção

propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

15.2.4. “Prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

15.2.5. “prática obstrutiva” significa:

15.2.5.1. Destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

15.2.5.2. Agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

15.3. O Município rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

15.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

16.1. A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

16.2. A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

16.3. A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou

Aquisição de calçados de proteção

conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

- 16.4.** A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 16.5.** A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 16.5.1.** A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.
- 16.6.** A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.
- 16.6.1.** À Contratada não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 16.6.1.1.** A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.
- 16.7.** A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 16.7.1.** A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 16.7.2.** A Contratada que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.
- 16.8.** A Contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.
- 16.9.** O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente

Aquisição de calçados de proteção

cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e a Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

- 16.10.** O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais. O contrato oferece maior detalhamento sobre proteção e transmissão de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 17.1.** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
- 17.1.1.** Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
 - 17.1.2.** Desatendimento das determinações regulares emitidas pela fiscalização ou por autoridade superior;
 - 17.1.3.** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
 - 17.1.4.** Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
 - 17.1.5.** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
 - 17.1.6.** Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima da Contratante;
 - 17.1.7.** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 17.2.** O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
- 17.2.1.** Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - 17.2.2.** Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
 - 17.2.3.** Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e

Aquisição de calçados de proteção

outras previstas;

- 17.2.4.** Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- 17.3.** As hipóteses de extinção a que se referem os **subitens 17.2.2 ao 17.2.4** deste instrumento observarão as seguintes disposições:
- 17.3.1.** Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- 17.3.2.** Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 17.4.** Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 17.5.** A extinção do contrato poderá ser:
- 17.5.1.** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 17.5.2.** Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- 17.5.3.** Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 17.6.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 17.7.** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
- 17.7.1.** Devolução da garantia;
- 17.7.2.** Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- 17.7.3.** Pagamento do custo da desmobilização.
- 17.8.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

Aquisição de calçados de proteção

- 17.8.1.** Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- 17.8.2.** Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- 17.8.3.** Execução da garantia contratual para:
 - 17.8.3.1.** Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - 17.8.3.2.** Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - 17.8.3.3.** Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - 17.8.3.4.** Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
 - 17.8.3.5.** Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

- 18.1.** Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis, decretos números 18.096/2022, 17.813/2022 e 18.324/2023, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES

- 19.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- 19.2.** O Contratado é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 19.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
- 19.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
- 19.5.** Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.
 - 19.5.1.** Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.

Aquisição de calçados de proteção

- 19.5.2.** Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.
- 19.5.3.** Excetuam-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 20.1.** Em conformidade com o Decreto nº 18.324, de 18 de maio de 2023, a presente contratação será fiscalizada e/ou acompanhada pela Gerência de Medicina e Segurança do Trabalho GMEST da Contratante.
- 20.2.** Todos os trabalhos serão acompanhados e fiscalizados pela Contratante, que terá plenos poderes para verificar e fazer cumprir a perfeita execução do objeto contratado, de acordo com as exigências contratuais, especificações, normas técnicas, instruções técnicas, padrões de qualidade e legislação vigente, desde o início dos serviços, até o final da vigência contratual.
- 20.3.** A fiscalização da Contratante não eximirá a Contratada da responsabilidade pela prestação dos serviços avençados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

- 21.1.** Exigir-se-á da adjudicatária, previamente à assinatura do contrato, a prestação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato.
- 21.2.** A garantia à execução poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:
- I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
 - II. seguro-garantia;
 - III. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
 - IV. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- 21.2.1.** A opção pela modalidade de garantia será feita quando da convocação pela Administração Municipal.
- 21.2.2.** No caso de opção pela modalidade de seguro garantia, a adjudicatária terá 1

Aquisição de calçados de proteção

(um) mês, da data da homologação da licitação e antes da assinatura do contrato, para apresentar a garantia ao Contratante.

- 21.2.3.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 21.3.** Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 21.4.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- a.** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - b.** multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e
 - c.** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.
- 21.4.1.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem acima, observada a legislação que rege a matéria.
- 21.5.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 21.6.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 21.7.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.
- 21.8.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 21.9.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 21.9.1.** O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 21.9.2.** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a

Aquisição de calçados de proteção

vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

- 21.10.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 21.11.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato e desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 21.12.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.
- 21.12.1.** O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE

- 22.1.** Objetivando afirmar a aderência da Contratada aos padrões éticos e de integridade, exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:
- 22.1.1.** A Contratada se compromete a conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos do Decreto nº 18.337/2023.
- 22.1.2.** A Contratada se compromete a se orientar pelos princípios do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração, insertos no Decreto nº 14.635/2011; atentando-se para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013.
- 22.1.3.** A Contratada fica ciente de que é vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 22.1.4.** A Contratada deverá assegurar que seus colaboradores, empregados, subcontratados e agentes estejam cientes e cumpram as referidas diretrizes durante a execução do contrato.
- 22.1.5.** O descumprimento de quaisquer das diretrizes mencionadas poderá



Minuta do Contrato



Aquisição de calçados de proteção

acarretar a aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

23.1. Cabe à Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

24.1. O foro da justiça estadual na comarca de Belo Horizonte é o competente para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E por estarem justas e concordes, assinam as partes o presente contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Belo Horizonte, 23 de agosto de 2024.

Gilberto Silva Ramos
Superintendente de Limpeza Urbana
CONTRATANTE

Contratada
Assinatura do representante legal
CPF